

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Dois anos depois do Governo ter tomado posse, e muitas promessas depois, a Manutenção do Metropolitano de Lisboa continua sem respostas efetivas aos seus problemas. Em consequência, continuam 21 composições à espera de reparação, e largas dezenas de portas de embarque estão avariadas. Os trabalhadores necessários à operação continuam a não ser contratados e continuam sem ser comprados os materiais sobressalentes necessários à manutenção e reparação do material circulante e dos equipamentos.

A Administração, incapaz de negar a evidência, reconhece a necessidade de mais trabalhadores, mas acusa o Ministério das Finanças de proibir essas contratações. O Ministério vai autorizando que esses mesmos trabalhos sejam feitos recorrendo à contratação externa ou recorrendo a trabalhadores temporários, mesmo sabendo que essas soluções são mais caras a curto, médio e longo prazo.

A sistemática recusa de contratação dos trabalhadores necessários à manutenção tem ainda uma consequência a curto/médio prazo: a maioria dos operários encontram-se na faixa etária dos 50 aos 55 anos, e dentro de pouco tempo haverá perdas dificilmente reversíveis de conhecimento e experiência.

A ação do Governo, de impedir a contratação dos trabalhadores necessários, além de prejudicar diretamente os atuais utentes deste serviço público contribui para um processo de destruição da capacidade de resposta nas empresas públicas preparando a transferência desses serviços para as grandes multinacionais que de há muito o desejam.

Na prática, mesmo que diga o contrário, o Governo está a facilitar o objetivo de proceder à privatização da manutenção e reparação do material circulante do Metropolitano de Lisboa, e vir a entregar às multinacionais, e que é a consequência inevitável da aplicação das orientações que a União Europeia reparte. É inaceitável que se coloque as ordens das multinacionais (por interpostos critérios da União Europeia) à frente do interesse e da soberania nacional. Por isso voltamos a colocar a questão que colocamos desde o início do mandato deste Governo.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Durante quanto mais tempo vão os utentes ser prejudicados por estas opções?
2. Quando vai o Governo autorizar a contratação dos trabalhadores necessários à manutenção do Metropolitano de Lisboa?
3. Quando vai o Governo autorizar a reposição dos stocks dos armazéns de sobressalentes do Metropolitano?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)